

## **A missão (quase) impossível de Abu Mazen**

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Maria do Rosário de Moraes Vaz

Este comentário sobre as presidenciais de 9 de Janeiro na Palestina foi escrito pouco depois de conhecidos os resultados. Três meses depois, não é inútil voltar a olhar para o que de novo trouxeram, embora o foco das atenções devesse já estar nas legislativas, prometidas para Julho, onde se medirão com mais rigor as tendências, as hipóteses e os rumos escolhidos pelas várias forças políticas palestinianas, tema de um próximo artigo.

Relembre-se entretanto que não foi esta a primeira vez que os palestinianos escolheram livremente pelo voto o seu presidente. A principal diferença em relação a 1996, quando a escolha recaiu em Yasser Arafat, não reside nem no carácter democrático da disputa eleitoral nem na sua validade, mas na ocupação militar discricionariamente mitigada, no apertar do muro que veda e retalha as comunidades palestinianas, forçadas à quase indigência e sujeitas a todas as arbitrariedades. A cimeira de Sharm el-Sheikh, em Fevereiro, não alterou esse facto. Nem o discurso do presidente americano, feito na Europa e para consumo europeu, sobre a 'viabilidade' de um futuro Estado palestino, tem consistência para permitir a esperança de que a Autoridade Palestina deixe de ser, como Oslo previa, uma entidade transitória, destinada a vigorar até à criação do Estado.

A mais forte reacção à eleição para escolher o sucessor de Yasser Arafat para máximo dirigente da Autoridade Palestina, na generalidade do mundo árabe, cuja imprensa oficial pouca atenção lhes consagrou, foi de salutar inveja e desejo de imitação, quanto à liberdade dos cidadãos de designar pela livre escolha quem preside aos seus destinos. Os palestinianos exprimiram de facto em sufrágio (quase) universal, a sua escolha livre, embora não em liberdade, entre sete candidatos. Apoiados por movimentos políticos e independentes, estes sete eram candidatos autênticos, no sentido de estarem igual e lealmente sujeitos ao veredicto das urnas, embora a diferente notoriedade e popularidade e os diferentes apoios, internos e externos, lhes conferissem graus muito diferentes de favoritismo.

É certo que ficou fora da corrida o candidato que, também ele oriundo das fileiras da Fatah, teria disputado com iguais hipóteses de vencer ou mesmo com vantagem (que

só perderia, sugerem as sondagens, caso se apresentasse também o actual líder do Hamas, que tem aliás a cabeça a prémio) o lugar conquistado por Abu Mazen. Mas não é menos certo que essa decisão, negociada dentro da Fatah, foi em última análise tomada pelo próprio Marwan Barghouti, que de dentro da cadeia israelita onde cumpre cinco penas de prisão perpétua optou, à terceira reviravolta, por não se candidatar.

Apesar da ocupação militar, e das restrições apenas nominalmente levantadas, em suma, a eleição palestina decorreu no essencial como manda a regra num regime democrático. Essa é, por si só, uma vitória não pequena, que vivamente sobressai no panorama regional, em cujos regimes republicanos autoritários os mesmíssimos detentores do poder se eternizam em mandatos presidenciais sucessivos, a dado ponto por sucessão dinástica, aclamados em regra por plebiscitos de resultado pré-determinado cuja única margem de erro reside nas sempre escassas décimas que faltam na contagem para 100% dos votos expressos.

No que aos palestinos competia assegurar, tanto a campanha como o acto eleitoral decorreram com invejável lisura e sem que se registasse um só caso de brutalidade policial ou de violência entre campanhas rivais. Nesta constatação concordaram tanto os observadores internacionais, numerosos, como o Centro Palestino para os Direitos do Homem (PCHR), que pôs em campo 300 observadores com o apoio de outras 26 organizações não governamentais. Concluiu que a ocupação militar, as demolições e os assassinatos, e as severas restrições impostas à liberdade de circulação (agravadas, e não aliviadas, durante a campanha), afectaram negativamente todo o processo eleitoral sem lhe falsear, porém, a essência nem beneficiar ou prejudicar especialmente qualquer dos candidatos.

O PCHR assinala porém uma questão de fundo que, sem ter distorcido, segundo afirma, o resultado eleitoral, é um problema real, que está aliás na base de grande parte das críticas feitas à governação de Arafat: a falta de destriça entre a Autoridade Palestina e o seu mais forte sustentáculo, a OLP e, dentro desta, a Fatah. A autonomia das instituições e das autoridades palestinas, inclusive dos organismos e forças de segurança, em relação a partidos ou movimentos políticos de cujas fileiras saem os seus principais dirigentes é sem dúvida uma condição necessária à consolidação democrática. Outra coisa é saber se essa autonomia é plenamente realizável nas actuais condições, em que a ocupação militar impede de facto a normalização das estruturas para-estatais, e a desmilitarização da resistência exige igualmente a integração nas forças regulares de parte dos efectivos paramilitares.

Os resultados finais, que aqui se reproduzem, tinham sido previstos com notável aproximação pelo Palestinian Centre for Policy and Survey Research, PSR: Abu Mazen, candidato oficial da Fatah, obteve 62% dos votos; Mustafa Barghouti, independente, obteve, com 20%, um respeitável segundo lugar; o resto da votação repartiu-se, sem surpresas, pelos outros cinco candidatos e, com mais forte expressão, pela forma de abstenção que o voto em branco representa. O Hamas, a que as fiáveis sondagens do PSR atribuem cerca de 20% da quota eleitoral, boicotou oficialmente as presidenciais e fez um morno apelo à abstenção. Concorreu, porém, nas fortemente participadas (81% do eleitorado) e largamente ignoradas eleições locais realizadas em 26 municípios da Cisjordânia, em Dezembro, que venceu em nove, contra 12 conquistados pela Fatah, e declarou a intenção de disputar igualmente as eleições legislativas previstas para Julho de 2005.

Perto de quatro milhões de refugiados palestinos, espalhados pelos campos da Síria, do Líbano, e da Jordânia, ficaram à margem do processo eleitoral (em nítido contraste, 14 países deram a mais de um milhão de potenciais eleitores iraquianos exilados a possibilidade de votar nas eleições de 30 de Janeiro). Em Jerusalém Leste, anexada de facto, entre cerca de 230 mil eleitores potenciais apenas 110 mil se recensearam; só para pouco mais de 5 mil desses havia urnas em cinco estações de correio que continuavam a funcionar normalmente como tal. Também perto de 8 mil palestinos, presos ou detidos sem culpa formada nas cadeias israelitas, cerca de metade dos quais pertencem à Fatah, não tiveram a possibilidade de votar. O mesmo aconteceu aos vários milhares de viajantes que ficaram retidos, impedidos de regressar a casa, do lado egípcio do posto fronteiriço de Rafah, única passagem de Gaza para o resto do mundo, fechado a 13 de Dezembro e não reaberto pelo menos até à véspera da Eid al-Adha, a principal festividade do calendário muçulmano, o que criou além do mais um grave problema humanitário.

Abu Mazen, um dos principais negociadores do defunto processo de Oslo e adepto de longa data da não violência, centrou a sua campanha na desmilitarização da intifada, repetindo que os ataques armados deveriam cessar por completo, tanto por serem militarmente inúteis como politicamente contraproducentes. Candidato finalmente único da Fatah, apresentou-se como sucessor natural de Yasser Arafat, cujo lugar à testa da OLP ocupara entretanto, e cujo retrato sorridente apareceu sempre ao lado do seu nos cartazes de campanha. Esta associação simbólica ao dirigente que Israel responsabilizou pessoalmente pelo «terrorismo» – termo que serve para designar quer os ataques contra alvos militares, que se intensificaram nos finais de 2004, quer os ataques ilegítimos contra civis, dentro ou fora dos Territórios Ocupados –, ilustra uma

realidade insofismável: fazer a paz entre Israel e a Palestina significa para Abu Mazen aceitar os mesmos compromissos que Arafat aceitou de facto – fazer as mesmas concessões, e não mais –, em matéria de território e de refugiados, sem regresso, em ambos os casos, às fronteiras de 1948, e na capital, numa Jerusalém partilhada, do futuro Estado palestino.

Estas são as mesmíssimas condições que, mutatis mutandis, constam de todos os planos de paz mais e menos recentes, à excepção do chamado road map, que em matéria de estatuto definitivo é notoriamente omissivo, ainda que faça menção das resoluções das Nações Unidas. O road map ficou entretanto desfigurado pelas 14 condições anexadas por Israel, outras tantas exigências de percurso sobre a parte palestina, e pelas públicas declarações do reeleito presidente americano em apoio da retirada unilateral de Gaza: Bush asseverou a Sharon que os Estados Unidos se absteriam de exigir o regresso às fronteiras de 1967, o que, com um ou outro ajuste, é exigência unânime das Nações Unidas e da comunidade internacional.

É essa parte fundamental do programa eleitoral de Abu Mazen que Israel quer continuar a ignorar, como se a preferência para a não violência do novo líder palestino equivalesse a uma predisposição para a cedência, para aceitar o inaceitável relativamente aos termos e às condições da paz que, sob o lema de Oslo – land for peace – se resumiam em pôr termo ao conflito devolvendo o território ocupado. O governo de Sharon abandonou por completo essa via.

A retirada unilateral da totalidade dos 7 mil colonos de Gaza, bem como o abandono de quatro colonatos na Samaria, uma pequena parte da Cisjordânia, é a última e única proposta de Sharon. E embora a retirada de Gaza seja fortemente apoiada pelos Trabalhistas, agora parte da sempre frágil coligação governamental, que não desistem de ver nela uma primeira parte da desocupação, esta é de facto apresentada ao eleitorado (que segundo as sondagens a apoia maioritariamente) como uma concessão penosa mas menor que permite manter Jerusalém Leste indefinidamente anexada e a quase totalidade da Cisjordânia indefinidamente ocupada. E o muro de separação, para além de outros efeitos dificilmente reversíveis, constitui, segundo o Tribunal da Haia, que por isso ordenou o seu desmantelamento parcial, uma apropriação de facto de território ilegalmente ocupado.

Israel quer que o presidente da Autoridade Palestina, sem dar garantias de abandono de um só acto dos que a comunidade internacional considera totalmente ilegais – a não ser a evacuação dos colonos da Samaria e de Gaza, cuja comunicação com o mundo exterior, de dentro para fora das vedações e dos muros, continuará a depender

discricionariamente da magnanimidade de Israel – cumpra a sua metade de um contrato em que não é parte. Mas Abu Mazen tem um contrato com o povo palestino de que se conhecem os termos: melhoria da situação económica, fim da violência e da lei marcial que dura há quatro anos, ao menos.

Mas ninguém pode exigir de Abu Mazen que realize uma funda reforma democrática sem um consenso assente numa plataforma nacional em que estejam representadas as forças políticas que os palestinos realmente apoiam e sem a possibilidade de fortalecer instituições que nem um proto-Estado pode dispensar, e são essenciais à governação democrática e eficaz, inclusive no que respeita ao combate à corrupção. Abu Mazen está absolutamente disposto a pôr termo aos ataques militares, e o facto de ser considerado como um interlocutor aceitável (ao contrário de Arafat) pelo governo israelita pesou nos motivos que levaram à sua expressiva votação. Mas para isso tem de negociar um cessar-fogo não só com a Jihad e o Hamas como com os grupos armados originariamente ligados à Fatah, as Brigadas Al Aqsa, designadamente.

Entre as exigências das várias milícias avulta a da amnistia por parte de Israel, bem como uma significativa libertação de prisioneiros. Esta última fazia aliás parte das promessas eleitorais de Abu Mazen, e constitui motivo forte da sua determinação, que não vai porém até ao emprego da violência, para que lhe faltariam aliás os meios, em fazer cessar todo o tipo de ataques das facções palestinianas. Para fazer vigorar um cessar-fogo, Abu Mazen conta com o empenhamento activo do Egipto, que desde há muito vem mediando entre as facções palestinianas no sentido de obter uma trégua.

É duvidoso porém o sucesso de todos os esforços de mediação e persuasão se não houver por parte de Israel uma garantia firme de que se absterá de demolições, assassinatos e incursões punitivas. Várias declarações de dirigentes dos grupos armados mostram uma predisposição de aceitar negociar um cessar-fogo desde que não seja meramente unilateral. Embora hesitante, o compromisso tomado em Sharm el-Sheikh foi um passo, tal como os esforços de reforma do aparelho de segurança palestino.

As eleições na Palestina têm um forte valor de exemplo e de exemplaridade, numa região do mundo onde são a excepção à regra, inclusive pelo modo como decorreram – sem interferência de maior dos aparelhos mais ou menos oficiais. O voto foi expresso, em suma, com invejável grau de liberdade. Se serão ou não um passo, a consolidar nas eleições legislativas, para um Estado palestino «democrático e viável», como pretende o presidente da Comissão Europeia, isso não depende, porém, no que ao «Estado» e

ao «viável» diz respeito, da acção e da governação do presidente da Autoridade Palestina.